



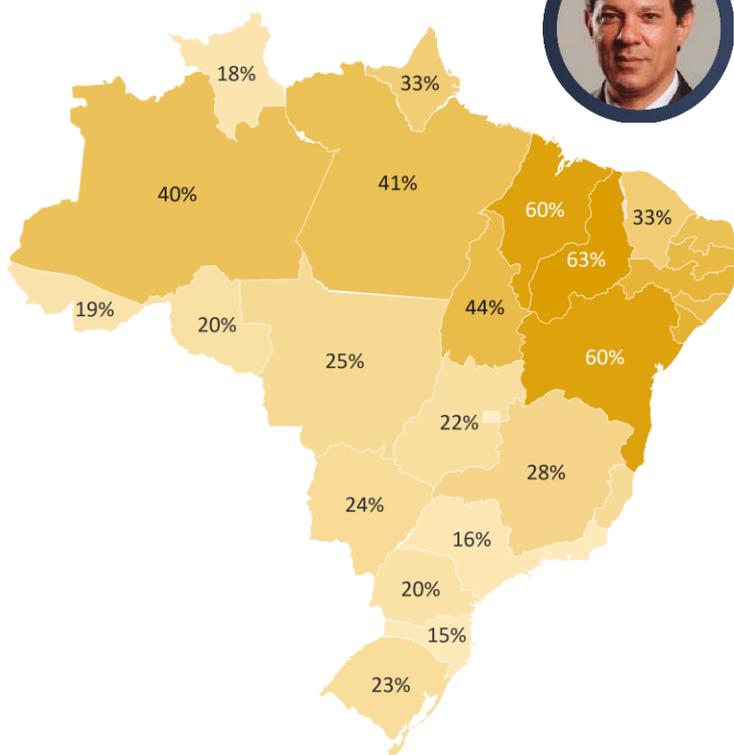
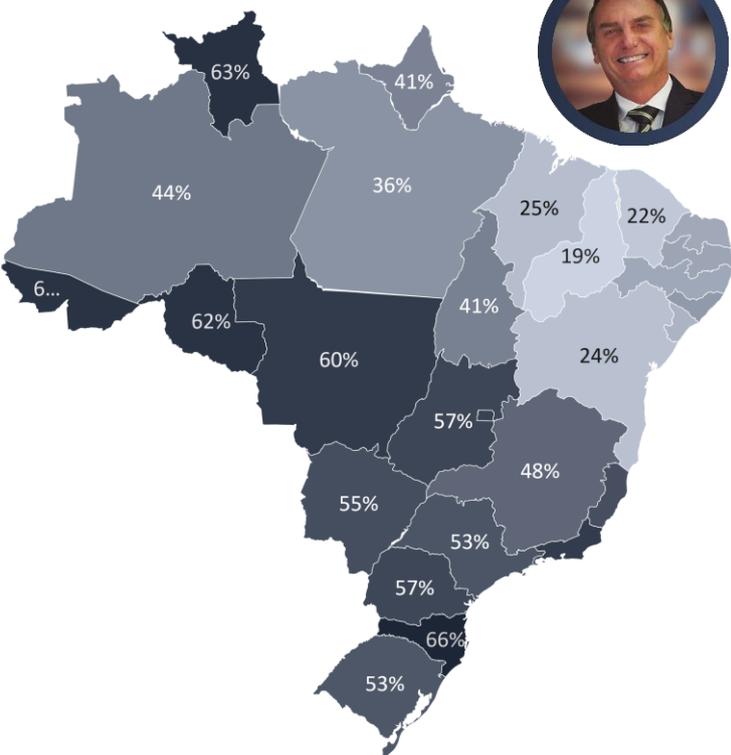
BARRAL
MJORGE
CONSULTORES ASSOCIADOS

BMJ | ELEIÇÕES

2018

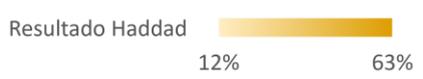


VOTOS APURADOS

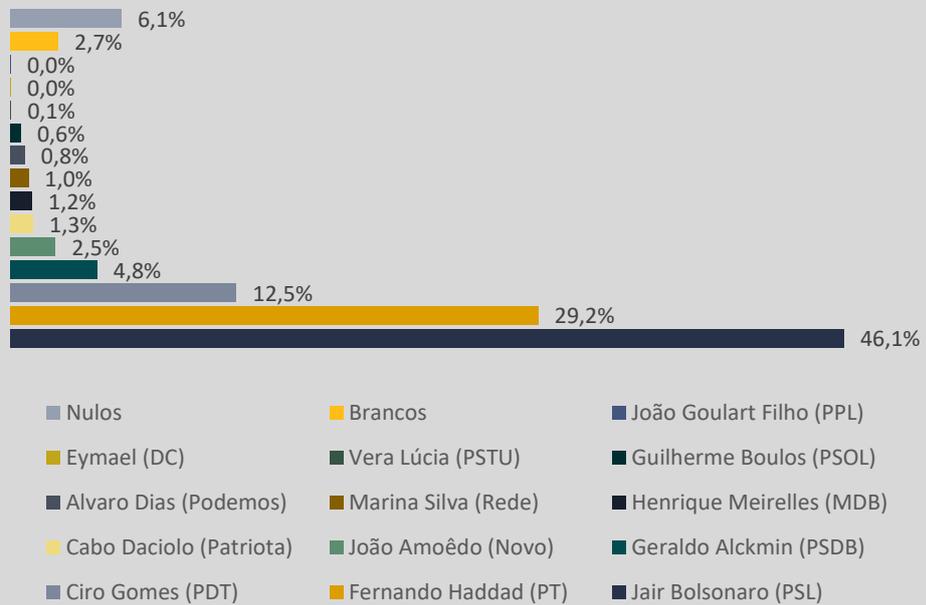


Da plataforma Bing
© GeoNames, MSFT, Microsoft, Navteq, Wikipedia

Da plataforma Bing
© GeoNames, MSFT, Microsoft, Navteq, Wikipedia



Liderando com larga vantagem desde o início da apuração dos votos, Jair Bolsonaro (PSL) vai ao segundo turno depois de receber mais de 46% dos votos. O afilhado político de Lula, Fernando Haddad (PT), também vai ao segundo turno, mas chega em desvantagem, com 18 milhões de votos a menos do que o primeiro colocado.



ANÁLISE DO PRIMEIRO TURNO

O primeiro turno das eleições chegou ao fim e foi marcado pela importância das redes sociais, em especial o Whatsapp, e pela quantidade de Fake News. O tempo de televisão, instrumento tido até então como ferramenta fundamental para uma consolidação dos votos, se provou não ser o suficiente individualmente para alavancar uma candidatura.

TIMELINE DO 1º TURNO

09/08/2018 – Primeiro debate na TV aberta entre os presidentiáveis

16/08/2018 – Início da Campanha Eleitoral

31/08/2018 – Início da propaganda gratuita na TV aberta.

31/08/2018 – TSE indefere registro da candidatura de Lula e dá 10 dias para o PT trocar de candidato

06/09/2018 – O candidato Jair Bolsonaro (PSL) é esfaqueado e permanece fora da campanha para recuperação desde então.

11/09/2018 – Em substituição a Lula, PT confirma Fernando Haddad como candidato à presidência e Manuela D'Avila (PCdoB) como candidato a vice-presidente.

29/09/2018 – Marcha das mulheres a favor da democracia. Maior mobilização suprapartidária liderada pelas mulheres contra a candidatura de Jair Bolsonaro.

30/09/2018 – Realização de manifestações no país pró-Bolsonaro.

04/10/2018 – Fim da propaganda gratuita na TV aberta.

04/10/2018 – Último debate entre os presidentiáveis realizado pela Rede Globo. Ao mesmo tempo Bolsonaro dá entrevista exclusiva para o canal de TV Record.

Geraldo Alckmin, candidato do PSDB, fez alianças com os partidos de centro para obter o maior tempo de televisão possível e, em função dos aspectos negativos dessas alianças e da falha em conseguir identificar os anseios do eleitorado, não conseguiu subir nas pesquisas. Alckmin venceu a eleição partidária e perdeu a eleição popular, com uma campanha hesitante e que fracassou e em ser o candidato anti-PT e da terceira via. Além disso, diversos políticos tucanos foram envolvidos em escândalos e chegaram a ser presos durante a campanha. PSDB perdeu o apoio de grande parte de seu eleitorado e saiu enfraquecido das eleições

A campanha de Haddad se baseou na imagem de Lula, o que possibilitou uma grande transferência, mas também limitou o discurso da chapa e não permitiu um maior aprofundamento e apresentação do programa de Haddad. O PT tinha a expectativa de poder contar com entrevista do Lula para consolidar a transferência de votos, mas por crises internas do STF não foi autorizada.

Jair Bolsonaro foi o grande vencedor até o momento. Sem um amplo apoio partidário, algo que ele buscou antes da campanha, mas não logrou ~~em~~ trazer os partidos de centro para sua coligação, Bolsonaro contou com um amplo considerável apoio das mídias sociais e de manifestação espontânea de seus seguidores. Nos primeiros dias de campanha Bolsonaro estava caindo nas pesquisas e sua rejeição aumentando, situação que o levou a decidir não participar mais de debates. Entretanto, após o atentado ocorrido no dia 06 de setembro, Bolsonaro se ausentou da campanha e sua intenção de votos começou a subir constantemente. Apesar das polêmicas em que Paulo Guedes e o General Hamilton Mourão se envolveram, tendo suas frases desmentidas por Bolsonaro, conseguiu manter o apoio com base no discurso anti-PT.

Ciro Gomes fez uma das melhores campanhas nesse primeiro turno, mesmo sem amplo apoio partidário e sem tempo de televisão significativo, conseguiu superar Marina Silva e Geraldo Alckmin e se posicionar como o candidato da terceira via. Foi também um dos candidatos que apresentou propostas e programas em estágios mais avançados. Ao final, a articulação política de Lula para isolar a candidatura

de Ciro deu certo e fez com que o candidato do PT passasse ao segundo turno.

Marina Silva, que começou a campanha como a maior beneficiária no caso de ausência de Lula e em segundo lugar após Bolsonaro, teve uma campanha que não conseguiu uma bandeira para chamar a atenção do eleitorado e se colocar como uma opção viável para a terceira via. Sem recursos (orçamentário e tempo de televisão) e com baixo apoio nos estados, Marina caiu drasticamente nas pesquisas e perdeu força. Seu partido, Rede Sustentabilidade, sai mais fraco das eleições do que quando entrou, o que coloca em cheque sua sobrevivência nos próximos anos.

Os demais candidatos (Álvaro Dias, Henrique Meirelles, João Amoêdo, Cabo Daciolo, entre outros) nunca passaram de 4% de intenção de votos e, como antevisto, não eram candidaturas competitivas com chances reais de chegar ao segundo turno. Ainda assim, tiveram papel importante em dispersar os votos e impedir o crescimento dos principais candidatos em lugares estratégicos. Alvaro Dias impediu o crescimento de Alckmin na região sudeste e, principalmente, no Paraná, tradicional reduto tucano. Já Amoêdo puxou votos tanto de Bolsonaro quanto de Alckmin. Outro ponto que a grande quantidade de candidaturas influenciou foram os debates. O modelo de debate com grande quantidade de candidatos se mostrou ineficiente, trazendo um debate extremamente longo e superficial, não permitindo que os candidatos com uma estrutura de fato pudessem discutir suas propostas.

O QUE FOI DESTAQUE NAS ELEIÇÕES

O que baseou a decisão dos votos foram os sentimentos anti-PT e anti-Bolsonaro. Lula e Bolsonaro são as principais personagens da eleição de 2018. Programas e propostas ficaram em segundo plano.

Candidatos moderados falharam em se mostrar como uma terceira via em uma eleição polarizada.

Eleição do Whatsapp: Tempo de televisão isoladamente não foi suficiente para ter impacto decisivo nas eleições. Whatsapp se mostrou como uma ferramenta amplamente utilizada e com grande número de Fake News.

A redução pela metade do tempo de campanha e o fim das doações empresariais mudaram as estratégias eleitorais. Os presidencialistas priorizaram as visitas aos colégios eleitorais mais importantes e precisaram contar com o engajamento voluntário de seus militantes.

O ataque a faca contra Bolsonaro contribuiu para acirrar o cenário de polarização e fortaleceu o candidato do PSL ao aumentar substancialmente seu tempo de exposição nos principais veículos de mídias em um enquadramento extremamente positivo. As críticas contra Bolsonaro foram temporariamente interrompidas pelos seus adversários logo após o ocorrido.

A grande quantidade de candidatos dificultou o crescimento dos principais nomes e dispersou a atenção da população, fazendo com que os debates parecessem superficiais e com pouca informação.

O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA ELEIÇÕES

O Poder Judiciário e o Ministério Público tiveram um papel de destaque no primeiro turno das eleições, com ações que de forma tinham poder de influenciar o voto do eleitorado. Quatro candidatos do PSDB foram alvos de ações do MP, um deles resultando inclusive em prisão temporária. Os ex-governadores Marconi Perillo (Goiás), Beto Richa (Paraná), e Geraldo Alckmin (São Paulo) e o governador Reinaldo Azambuja (Mato Grosso do Sul) foram alvos do MP. Beto Richa foi preso temporariamente junto com sua mulher e irmão. Contra Alckmin, o MP de São Paulo entrou com ação de improbidade administrativa, por caixa dois. Essas constantes ações em períodos de campanha enfraqueceram o PSDB e dificultaram o discurso de renovação e posição anticorrupção, beneficiando assim a Jair Bolsonaro.

Já contra o PT também houve ação do MP de São Paulo, que apresentou ação contra Haddad por improbidade administrativa por suposto enriquecimento ilícito. Outro ponto de destaque da atuação do judiciário foi a divulgação por Sérgio Moro da delação do ex-ministro de Lula Antônio Palocci há uma semana do dia da eleição. A ação foi criticada por não existir motivo processual para a divulgação naquele momento.

CENÁRIOS DO SEGUNDO TURNO

Por pouco as eleições presidenciais não foram definidas no primeiro turno, Bolsonaro inicia essa nova fase de campanha com uma vantagem incontestável frente à Haddad, mas novos desdobramentos podem reconfigurar o cenário da disputa. **Dadas as condições atuais, Bolsonaro tem 70% de chance de vencer o segundo turno e Haddad tem 30%.**



BOLSONARO VENCE (70%)

Embalado pelo grande desempenho no primeiro turno, Bolsonaro, inicia a segunda fase da campanha em viés de alta, com a estabilização de seus índices de rejeição. O candidato teria condições de diluir as inconsistências vistas no primeiro turno e adotar uma linha de ação mais coesa. O general Mourão deve ser isolado dos eventos públicos e Bolsonaro voltaria a participar em atos pelo país para engajar sua militância, enquanto Paulo Guedes continuaria a promover a política econômica com investidores. A recente parceria com a Rede Record irá privilegiá-lo durante a campanha e é esperado que o candidato não participe de todos os debates televisionados.



HADDAD VENCE (30%)

Haddad tem mais a ganhar nesta nova fase das eleições do que Bolsonaro. Para sair vitorioso do pleito, Haddad teria que reverter o crescimento de seus índices de rejeição e explorar as declarações polêmicas de Bolsonaro. Como os dois candidatos serão postos frente à frente em diversos momentos, e Haddad teria condições de se apresentar como o mais preparado e com maior experiência na administração pública. Haddad também adotará um discurso mais moderado e próximo aos anseios do mercado, dando sinais de que não faria mudanças radicais às reformas aprovadas por Temer. Para vencer, o petista precisa que a onda anti-PT seja menor que a onda anti-Bolsonaro.

Bolsonaro - índice de governabilidade



APOIO NO CONGRESSO

Ao longo da campanha, a governabilidade com o Congresso foi apontada como um dos pontos críticos para Jair Bolsonaro. Mesmo com uma chapa composta por siglas pequenas, Bolsonaro logrou eleger mais de 50 deputados de um partido até então desconhecido, além de angariar o apoio de bancadas suprapartidárias do Congresso Nacional, como as bancadas ruralista, evangélica e da bala. Isso aponta que Bolsonaro deve construir uma coalizão de governo baseada em apoios informais. Nesse cenário, Bolsonaro teria viabilidade para construir uma ampla base de apoio. Entretanto, pesa contra o candidato os recursos escassos para contemplar seus aliados e garantir o apoio para a aprovação das reformas necessárias. Bolsonaro prometeu uma redução no número de ministérios e a nomeação de militares para a esplanada, o que significa que os partidos não contarão com essas posições para barganhar por seus votos. Em um primeiro momento, Bolsonaro não deve ceder às pressões dos políticos tradicionais por barganha política, o que pode criar tensão no relacionamento dos partidos de centro, que não se pautam por uma agenda ideológica e dependem das benesses da máquina pública para sua sustentação. Esse relacionamento complexo com o Congresso Nacional e com os partidos de centro pode levar à uma agenda reformista moderada, sem a aprovação de medidas mais radicais.



APOIO ECONÔMICO

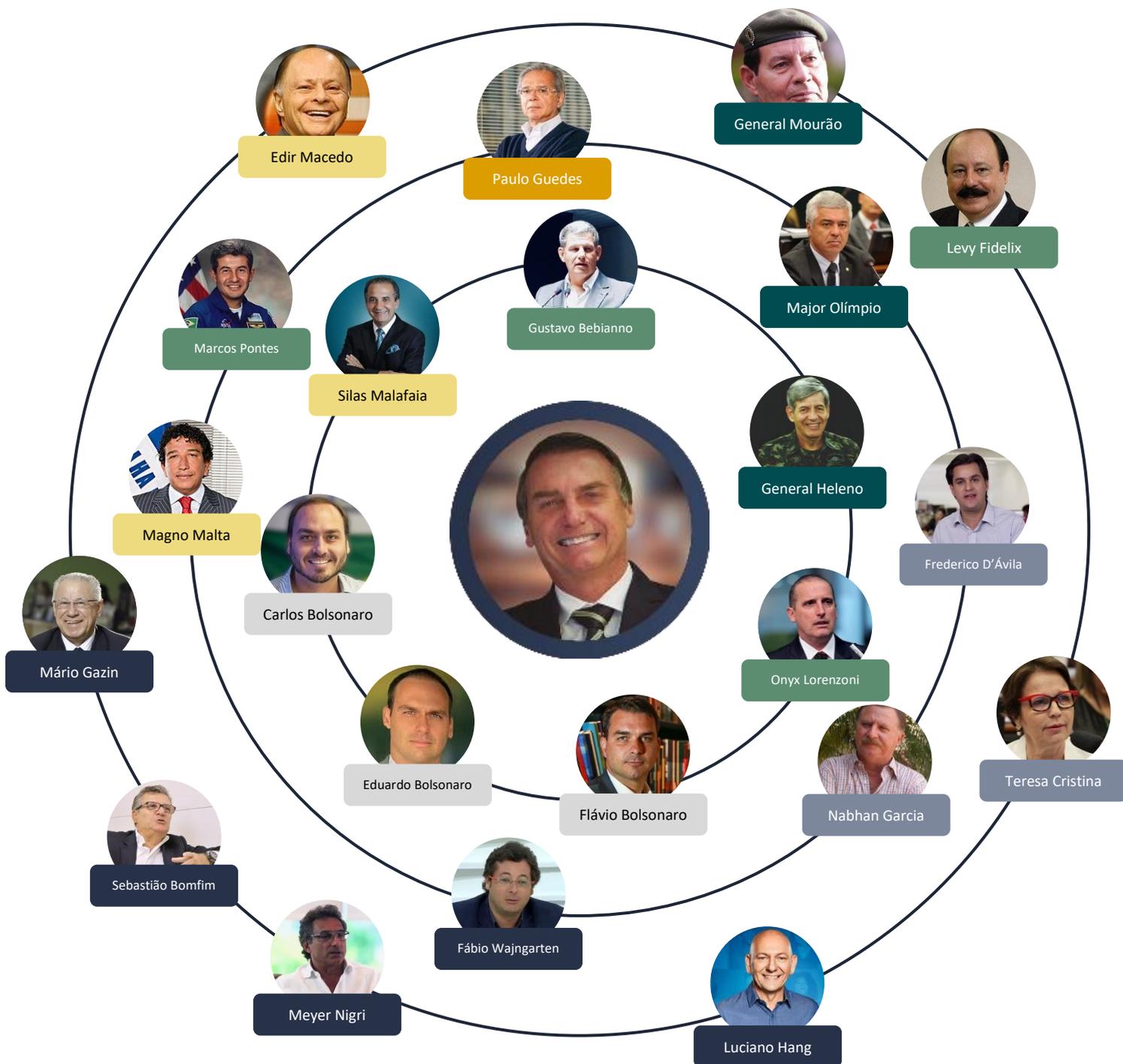
Desde o começo das eleições o mercado já se mostrava mais favorável a um governo Bolsonaro do que a um candidato da centro-esquerda. A indicação de Paulo Guedes como ministro da fazenda fez com que o mercado comprasse a agenda liberal de Bolsonaro. De fato, Guedes deve ter bastante autonomia nos temas econômicos e indicar uma equipe técnica e alinhada com os anseios do mercado. Até o momento a campanha de Bolsonaro não apresentou de forma detalhada qual seria o programa de governo para a Economia, mas espera-se que Guedes proponha uma agenda de ajuste fiscal forte com viés liberal. As medidas microeconômicas devem focar a melhora no ambiente de investimento para redução da burocracia. Medidas mais polêmicas como a privatização da Petrobrás não devem prosperar ou ao menos não serem tratadas no primeiro ano, quando o foco estará em aprovar a reforma da previdência e demais medidas para o reequilíbrio das contas públicas.



APOIO POPULAR

Com o elevado desempenho no primeiro turno, Bolsonaro tem condições de iniciar um governo amparado por uma considerável base de apoio popular. Como reflexo da polarização, Bolsonaro também iniciaria seu governo com uma forte mobilização popular de oposição. Levando em consideração as declarações polêmicas de integrantes de sua chapa, manifestações e protestos devem se intensificar com o apoio de partidos do centro e da esquerda. O apoio da bancada evangélica pode fazer com que temas não relacionados à economia acabem entrando no centro da discussão e mobilizando a população, para ambos os lados. Bolsonaro possui uma relação difícil com alguns veículos de comunicação, mas conseguiu o apoio da Rede Record, o que pode fortalece-lo. O político continuará usando as mídias sociais para se comunicar com a população, assim como Trump o faz, e usará a base de apoio que construiu nos últimos anos para pressionar os parlamentares a votarem a sua agenda de governo.

O GOVERNO BOLSONARO



Núcleo	Nome	Observação
Família	Eduardo Bolsonaro	Filho deputado federal, candidato à reeleição pelo PSL-SP e estrategista político.
	Carlos Bolsonaro	Filho de Bolsonaro e vereador pela cidade do Rio de Janeiro, estrategista de mídia digital.
	Flávio Bolsonaro	Filho de Bolsonaro e deputado estadual, candidato a senador, estrategista.

Economia	Paulo Guedes	Coordenador da política econômica de Bolsonaro
Empresários	Fábio Wajngarten	Especialista em mídia e ajuda na comunicação
	Meyer Nigri	Dono da construtora Tecnisa
	Sebastião Bomfim	Dono da rede Centauro
	Luciano Hang	Dono da Loja Havan
Agronegócio	Mário Gazin	Dono da Loja Gazin
	Teresa Cristina	Deputada e presidente da Frente Parlamentar da Agricultura e Pecuária
	Nabhan Garcia	Presidente da União Democrática Ruralista
Militar	Frederico D'Ávila	Ex-assessor de Alckmin e consultor para o setor, candidato a deputado estadual pelo PSL
	General Augusto Heleno	Principal conselheiro de Bolsonaro fora do núcleo familiar
	General Hamilton Mourão	Candidato à Vice-Presidência (PRTB), está isolado na campanha
	Major Olímpio	Presidente do PSL de São Paulo e candidato a senador
Evangélicos	Magno Malta	Candidato à reeleição ao Senado (PR)
	Silas Malafaia	Líder da Assembleia de Deus, celebrou o casamento de Bolsonaro
	Edir Macedo	Líder da Igreja Universal, dono da Record TV, recentemente declarou apoio a Bolsonaro
Partido	Gustavo Bebianno	Presidente do PSL, candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro
	Levy Fidelix	Presidente do PRTB, candidato a deputado federal por São Paulo
	Marcos Pontes	Anunciado como possível ministro da Ciência e Tecnologia
	Onyx Lorenzoni	Anunciado como possível ministro da Casa Civil

Haddad - índice de governabilidade



APOIO NO CONGRESSO

A composição do governo de Fernando Haddad terá que levar em consideração a distribuição de posições não apenas com os partidos aliados, mas também dentro do próprio partido. A corrente majoritária do PT não possui proximidade com Haddad, mas o candidato terá que se comprometer com a nomeação de alguns nomes próximos a Lula. A cota do PT deve ser preenchida de acordo com as indicações e pedidos do ex-presidente e, com menos posições disponíveis para agraciar seus aliados, Haddad terá que ser cauteloso para não cair no mesmo erro de Dilma, ao indicar membros do PT para os ministérios sem contemplar os partidos de apoio no Congresso Nacional para ter uma maioria suficiente para aprovar reformas. Haddad deve buscar apoio entre os partidos da centro-esquerda, com exceção da Rede, e dos partidos do centrão. Como o partido não pretende reduzir o número de ministérios, as alianças devem ser baseadas na concessão de cargos.



APOIO ECONÔMICO

Para a área econômica, Haddad ainda não tem um nome definido, mas a expectativa é que seja indicado um economista que tranquilize o mercado e mostre que seu governo será mais parecido com o primeiro governo de Lula do que o último de Dilma. Haddad busca um ministro da fazenda que tenha perfil semelhante ao de Antonio Palocci, que circulava bem na academia e no meio político. Haddad já se distanciou de Guilherme Mello e Marcio Pochman, responsáveis pela área de economia do programa do PT e que são vistos como preocupantes para o mercado. Um dos nomes cotados que preencheria todos os requisitos é Marcos Lisboa, diretor do Insper e um nome bem aceito pelo setor produtivo. Outro nome que tem sido aventado é o de Samuel Pessoa, economista e professor da FGV. O ex-ministro da fazenda e planejamento, Nelson Barbosa, também é cotado para reassumir a pasta do planejamento. Se Haddad de mostrar capaz de aprovar medidas econômicas importantes em seu primeiro ano de mandato, o mercado terá incentivos para apoiar sua gestão.



APOIO POPULAR

Enfraquecido pelo desempenho do primeiro turno, se vencer, Haddad iniciaria seu mandato com baixos índices de apoio popular e terá que se esforçar para ser percebido pela população como o sucessor de Lula e não de Dilma Rousseff. Os casos anteriores de corrupção contra o PT podem mobilizar a população para sair as ruas e demonstrar insatisfação com seu governo. Haddad também possui uma relação antagônica contra os principais veículos de comunicação do país indicam que o presidente teria dificuldades em passar uma imagem mais positiva para a população. Soma-se a isso, os avanços da Operação Lava Jato, que podem prejudicar ainda mais sua imagem e a imagem de seu partido do ponto de vista popular. Conta a favor do PT, a experiência do partido no engajamento com movimentos sociais e entidades sindicais - o que também impedirá o partido de dar uma guinada mais próxima às práticas neoliberais.

O GOVERNO HADDAD



Núcleo	Nome	Observação
Família	Ana Estela Haddad	Esposa de Fernando Haddad, atuou no ministério da saúde, da educação, e na gestão da prefeitura de São Paulo
Economia	Marcos Lisboa	Economista e Diretor do Insuper
	Samuel Lisboa	Economista e professor da FGV
	Nelson Barbosa	Ex-ministro de planejamento e da fazenda de Dilma Rouseff

	Marcio Pochmann	Professor da Unicamp e presidente da Fundação Perseu Abramo
Saúde	Alexandre Padilha	Ex-ministro da saúde
Educação	José Henrique Paim	Secretário-Executivo do MEC durante a gestão Haddad e ministro da educação durante governo Dilma
Comunicação	Nunzio Briguglio	Ex-secretário de comunicação da prefeitura de SP
Transporte	Jilmar Tatto	Ex-secretário de transporte da prefeitura de SP
Partido	Emídio de Souza	tesoureiro do PT e candidato a deputado federal
	Francisco Macena	Ex-secretário do governo e tesoureiro da campanha de Haddad
	Paulo Massi Dallari	Ex-chefe de gabinete de Haddad
	José Sérgio Gabrielli	Ex-presidente da Petrobrás
	Ricardo Berzoini	Ex-presidente do PT e bancário
	Luiz Dulci	Vice-presidente do PT
	Gleisi Hoffman	Presidente Nacional do PT
	Gilberto Carvalho	Ex-ministro da Secretaria-Geral
Jaques Wagner	Ex-Casa Civil e senador pela Bahia	
Celso Amorin	Diplomata e ex-ministro de relações exteriores	

PRINCIPAIS PROPOSTAS

PROPOSTA DOS CANDIDATOS NOS EIXOS ECONÔMICO E SOCIAL

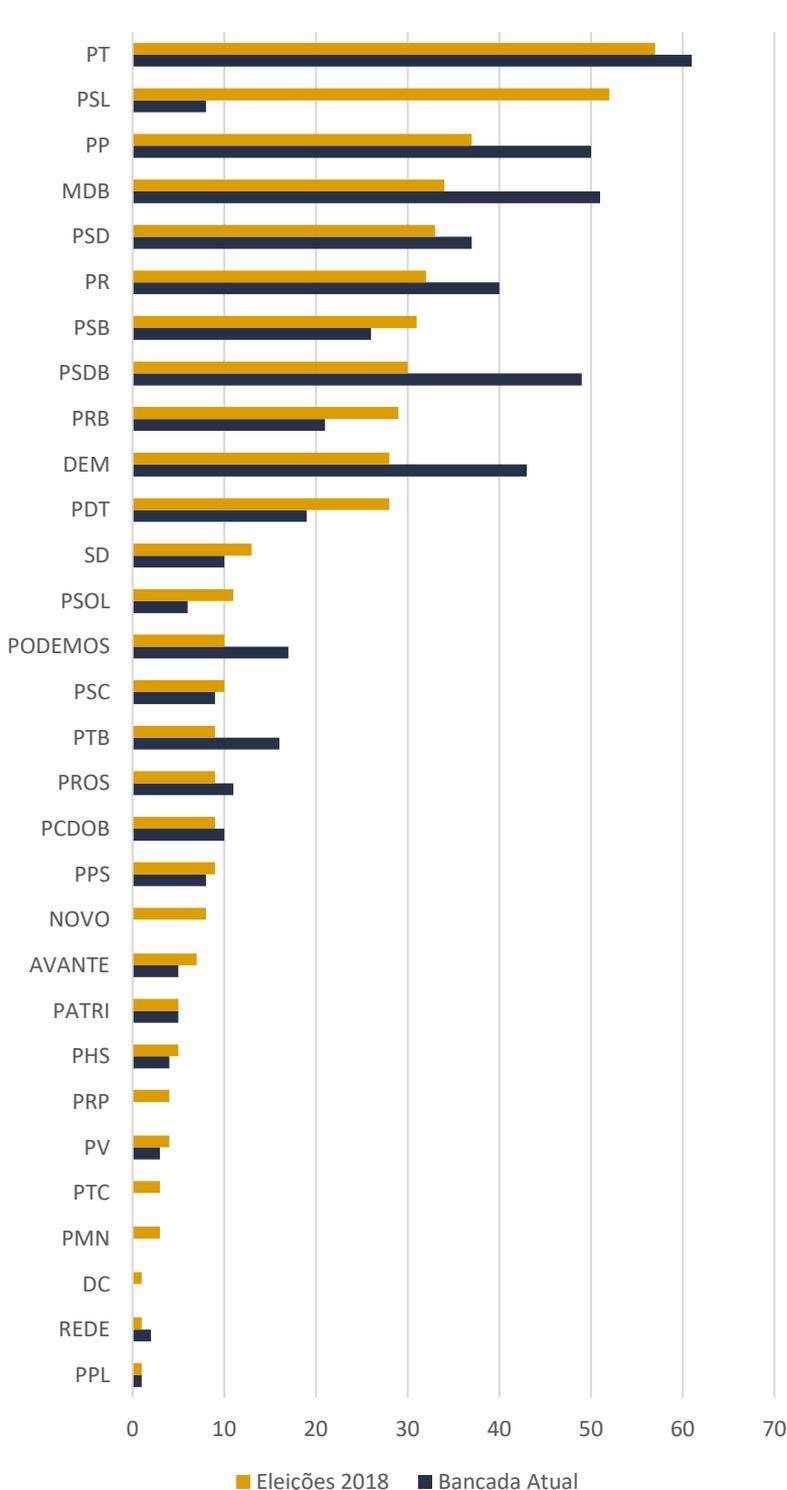
Tema	Jair Bolsonaro	Fernando Haddad
Economia	<ul style="list-style-type: none">• Criação de um superministério para cuidar da Economia, fundindo Fazenda, Indústria, Planejamento e Secretaria-geral• Subordinar à nova pasta o comando das instituições financeiras federais• Reduzir o déficit fiscal em 2019 para conseguir superávit primário até 2020• Em entrevistas, sinaliza privatização de estatais, mas não dá detalhes (sugere que a Petrobras terá parte de suas operações vendidas à iniciativa privada)• IR com alíquota unificada de 20% para pessoas físicas. Seu economista falou em recriação da CPMF, mas foi desautorizado	<ul style="list-style-type: none">• Redução dos juros• Difusão do crédito• Retomada do pré-sal e dos investimentos da Petrobras• Revogação do teto de gastos• Reforço aos programas de transferência de renda• Manutenção da política de valorização do salário mínimo• Controle da inflação pelo Banco Central• Reforma tributária, com criação de Imposto sobre Valor Agregado e Isenção imposto de renda de quem ganha até cinco salários mínimos• Retomada do emprego via aumento dos investimentos em obras paradas, como Minha Casa Minha Vida• Taxação maior para bancos que cobram juros maiores• Programa emergencial de empregos e Revogação da reforma trabalhista• Equilíbrio das contas da Previdência com a criação de empregos, formalização de atividades econômicas e ampliação da capacidade de arrecadação• Defende o combate a privilégios, sem detalhes de como isso será feito• Busca da convergência entre os regimes próprios da União, dos Estados, do DF e dos municípios com o regime geral• Manter a integração do sistema previdenciário com a Seguridade Social• Reforma do sistema com fim do auxílio-moradia para magistrados, membros do Ministério Público e aplicação do teto ao funcionalismo público• Redução do período de férias de 60 para 30 dias• Ampliação do controle externo com criação de ouvidorias
Previdência	<ul style="list-style-type: none">• Reforma do atual sistema e migração paulatina do regime de repartição para o de capitalização (contas individuais)• Criação de um fundo para reforçar o financiamento da Previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigotraba	
Judiciário / Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar o número de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal)• Promete que não haverá interferência política	

Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos • Facilitar a compra de armas por meio da revisão do estatuto do desarmamento • Atuação mais ampla das Forças Armadas • Imunidade para militares (excludente de ilicitude) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação de mandatos para os membros do STF e das Cortes Superiores de Justiça, não coincidente com a troca de governos e legislaturas
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um prontuário eletrônico nacional interligado • Credenciamento universal de médicos (todos podem atender no SUS e em qualquer plano de saúde) • Criação de uma carreira para médicos de Estado • Inclusão de profissionais de educação física no programa de Saúde da família • Reforço de saúde bucal de gestante e neonatais para combater a mortalidade infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP • Criação de escola penitenciária • Instituição de Política Nacional de Alternativas Penais • Controle de armas • Revogação do teto de gastos para a saúde • Implantação total do SUS • Criação da Rede de Especialidades Multiprofissional (REM)
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Fundir o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. • Deixar o Acordo de Paris. • Focar na exploração da Amazônia (ele acha as terras indígenas um obstáculo). • Facilitar o processo de licenciamento ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alcançar a taxa de desmatamento líquido zero até 2022 • Fiscalização do cumprimento do Código Florestal, incluindo o Cadastro Ambiental Rural • Criação do Programa de Transição Ecológica • Criação de uma instância diretamente ligada à Presidência da República para coordenação de ações dos diferentes Ministérios • Apresentar a países vizinhos proposta de criação do Fundo de Adaptação dos países da América Latina e do Caribe.
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar ensino de disciplinas de ciências exatas e de português • Ensino técnico em universidades • Fim da aprovação automática e a retirada de influência do pensamento de Paulo Freire do currículo escolar • Criar escolas militares em todas as capitais brasileiras no prazo de dois anos 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente • Convênio com os Estados e o Distrito Federal para que o governo federal se responsabilize por escolas situadas em regiões de alta vulnerabilidade • Garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos estejam na escola

- Defende a 'escola sem partido' ao criticar a educação sobre questões de gênero
- Incentivos na educação a distância para áreas rurais

O CONGRESSO NACIONAL EM 2019

CÂMARA



Além do aumento do número de partidos, que poderá passar de 25 para 30, o resultado da eleição provocou importantes oscilações nas bancadas, tanto em relação à composição atual (2018), quanto em relação à bancada eleita em 2014. Considerando os votos nominais, isto é, aqueles recebidos por candidatos individualmente, sem contar o partido/coligação – fatores de grande relevância –, os partidos que mais perderam, tendo como parâmetro a bancada atual, foram o PSDB, que terá 19 deputados a menos; o MDB, com menos 17; o DEM, que terá 15 a menos; o PP, com menos 13; o PR, que perdeu oito; o Podemos, sete; o PTB, com também sete a menos; o PT, com quatro; o PSD, com quatro a menos; o PROS, com menos dois; o PCdoB, com um a menos; e a Rede, que perdeu 1 e terá a bancada composta por 1 deputado. Por outro lado, o partido de Bolsonaro, PSL, que elegeu apenas 1 deputado em 2014 e conseguiu uma bancada de 8 durante a legislatura, elegeu 52 deputados. Com a apuração total das urnas e baseando o cálculo também nos votos das coligações eleitorais, esses números podem sofrer alterações, porém, já é possível observar um certo padrão na Câmara.

Os partidos, do ponto de vista do tamanho de suas bancadas, poderão ser classificados em cinco grupos: dois grandes, com mais de 50 deputados (PT e PSL); nove médios, com entre 20 a 49 deputados (PP, MDB, PSD, PR, PSB, PSDB, PRB, DEM, PDT); quatro pequenos, com entre dez a 19 deputados (SD, PSOL, PODE, PSC); oito muito pequenos, com entre cinco a nove deputados (PTB, PROS, PCdoB, PPS, NOVO, AVANTE, PATRI, PHS); e sete nanicos, com entre um a quatro deputados (PV, PRP, PMN, PTC, REDE, PPL, DC).

Índice de Aproveitamento

Entre os índices de aproveitamento dos partidos, o melhor ficou com o PSL, que aumentou seu número de cadeiras em 650%; seguido pelo PSOL, que aumentou em 183%; pelo PDT, 147%; AVANTE, 140%; PRB, 138%; PV, 133%; SD, 130%; PHS, 125%; PSB, 119%; PPS, 112%; PSC, 111%; Patriotas, que manteve 100% de suas cadeiras; e PPL, que também obteve o mesmo número. O NOVO, o PRP, o PMN, o PTC e o DC, não estavam presentes na atual composição do Congresso e agora terão representação. Entre os piores índices de

aproveitamento estão a REDE, com uma redução de 50%; o PTB, com manutenção de 56%; o Podemos, que manteve 58% de suas cadeiras; o PSDB, com 61%; o DEM, com 65%; o MDB, 66%; o PP, 74%; o PR, 80%; o PROS, 81%; o PSD, 89%; o PCdoB, 90%; e o PT, que foi bem para um grande partido, mantendo 93,4% de sua bancada.

O Perfil da Câmara

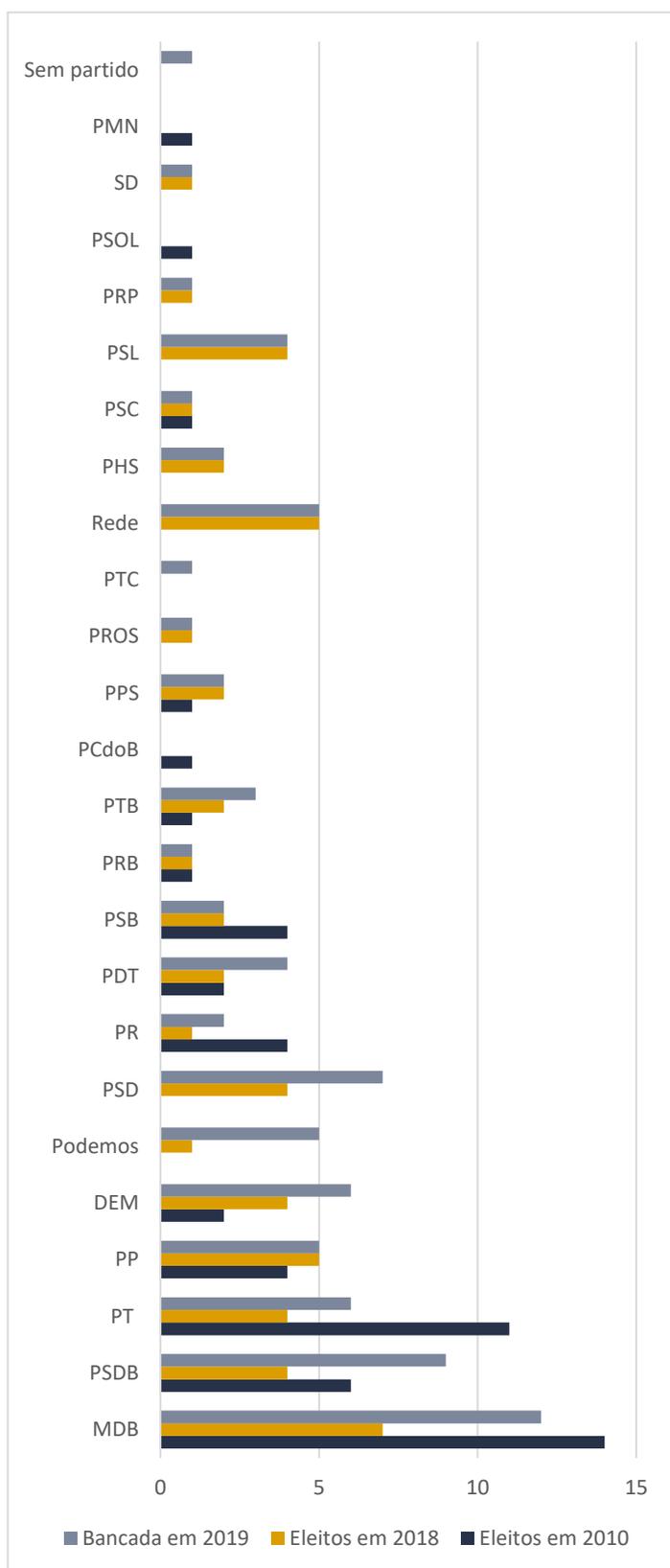
A tese do grande antipetismo na sociedade não se refletiu na Câmara e o PT pode se manter como o maior partido da Casa. Por outro lado, a popularidade de Bolsonaro transformou um partido nanico no segundo maior partido da Câmara, sendo que seu filho, Eduardo Bolsonaro, recebeu mais de 1,8 milhão de votos e sagrou-se o deputado mais votado da história do país. Os partidos maiores e mais voltados ao centro e à direita foram os que sofreram as perdas mais duras – PSDB, DEM, MDB e PP. Grande parte do eleitorado desses partidos parece ter se radicalizado e ido em direção ao PSL de Bolsonaro.

O congresso, assim, ganhará grande número de deputados conservadores, pautados pelo discurso moralista e de defesa da família, contrários a “tudo que está aí”. Muitos são os motivos que levaram a esse resultado. De um lado o ambiente político que se vive no País, de profunda descrença nas instituições, com frequentes campanhas de desqualificação dos agentes públicos, e, de outro, a falta de resposta do governo e de estratégia dos partidos responsabilizados por esse cenário. A combinação desses dois fatores – acusação e ausência de resposta – levou à percepção de que o Brasil é um país sem perspectivas e está desgovernado e entregue à própria sorte, com crescimento econômico baixo, inflação alta, violência elevada e com alto índice de corrupção.

Assim, o eleitor – num ambiente de hostilidade às instituições e aos agentes públicos – passou a se identificar com os políticos populistas e messiânicos, que condenam o status quo e possuem, em geral, viés conservador. Os eleitores que tradicionalmente votam em partidos mais progressistas também parecem ter se fixado em partidos ideologicamente mais consistentes, o que, provavelmente, deixará a Câmara mais polarizada. De qualquer forma, o conservadorismo sai na frente.

Quanto a renovação da Casa, o que deve ocorrer é uma circulação ou mudança de postos no poder. Da mesma forma que a Câmara exportou políticos para outros locais, chegarão ao Congresso agentes públicos que já exerceram cargos em outras esferas, seja no Poder Executivo, como ex-governadores, ex-prefeitos, ex-secretários, seja no Legislativo, como ex-deputados estaduais, ex-senadores e ex-vereadores. O número de efetivamente novos, que não exerceram mandato anterior nem ocuparam cargos públicos, provavelmente será muito pequeno, em geral, eleitos por influência da religião, evangélicos em particular, pela relação de parentesco com políticos tradicionais, por serem celebridades, apresentadores de programas de televisão e rádio, por serem policiais de posicionamentos fortes etc. A expectativa e o sentimento da população por renovação na Casa, assim, podem ser frustrados neste pleito. Além de emendas parlamentares, os que estavam se recandidatando tinham outras vantagens em relação aos novos candidatos: nomes conhecidos, bases eleitorais consolidadas, cabos eleitorais, acesso mais fácil aos veículos de comunicação, estrutura de campanha e gabinete à disposição. Ademais, as mudanças na legislação eleitoral não favoreciam mudanças na Casa – a redução do tempo de campanha de 90 para 45 dias e do período eleitoral gratuito de 45 para 35 dias são outros motivos para a baixa renovação da Câmara. Os candidatos à reeleição também puderam negociar com as legendas prioridades nos recursos públicos e no espaço de propaganda eleitoral, em detrimento dos candidatos novos, que detêm menor poder de “puxar votos”. Vale ressaltar ainda que os partidos priorizaram a eleição de grandes bancadas na Câmara, uma vez que a cláusula de barreira vigorará em 2022, mais um motivo para usar quadros de relevância nas campanhas.

SENADO



Contrariando as expectativas, no ano em que houve o maior número de candidaturas a reeleição - 32 de 54 -, o Senado Federal apresentou a maior renovação eleitoral desde a redemocratização. A partir de 2019 teremos ao menos 46 novos senadores, o que representa uma taxa de renovação de 85%. Isso sem levar em consideração alguns senadores que concorreram para governos estaduais e aguardam ainda a decisão em segundo turno.

A Lava Jato atingiu diretamente 24 dos senadores eleitos em 2010. Desse grupo, cerca de 17 parlamentares tentaram mais um mandato nesta eleição, como é o caso de um dos campeões de inquéritos abertos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com base nas delações da Odebrecht: o líder do governo de Michel Temer, Romero Jucá (MDB).

Três senadores optaram por concorrer à Câmara dos Deputados, ao invés da reeleição, para assegurar o foro privilegiado. Os senadores Aécio Neves (PSDB/MG), Gleisi Hoffmann (PT/PR) e José Agripino (DEM/RN) são réus no Supremo Tribunal Federal (STF), pela Operação Lava Jato. Com a eleição desses nomes para a Câmara, além de manterem os processos no Supremo, os partidos são beneficiados com números mais expressivos, facilitando o alcance da cláusula de barreira.

A nova composição do Senado Federal contará com 21 partidos, e um elevado número de novos senadores assumindo mandato no próximo ano. MDB, Rede e PP foram os partidos que mais elegeram senadores, 7, 5 e 5, respectivamente. Em seguida temos DEM, PSD, PSDB, PSL e PT, que elegeram cada um 4 senadores. PDT, PHS, PPS, PSB e PTB 2 senadores cada. E PODE, PR, PRB, PROS, PRP, PSC e SD 1 senador cada. Destaque para o PSL que nunca tinha eleito um senador e passará a ter 4 senadores a partir de 2019. Por outro lado, PMN, PSOL e PCdoB, não lograram eleger um senador, ficando sem representação na casa.

Senadores Eleitos em 2018			Senador eleitos em 2014	
UF			UF	
AC	Sérgio Petecão (PSD)	Márcio Bittar (MDB)	AC	Gladson Cameli (PP)
AL	Rodrigo Cunha (PSDB)	Renan Calheiros (MDB)	AL	Fernando Collor (PTC)
AM	Plínio Valério (PSDB)	Eduardo Braga (MDB)	AM	Omar Aziz (PSD)
AP	Randolfe Rodrigues (Rede)	Lucas Barreto (PTB)	AP	Davi Alcolumbre (DEM)
BA	Jaques Wagner (PT)	Angelo Coronel (PSD)	BA	Otto Alencar (PSD)
CE	Cid Gomes (PDT)	Eduardo Girão (PROS)	CE	Tasso Jereissati (PSDB)
DF	Leila do Vôlei (PSB)	Izalci Lucas (PSDB)	DF	Reguffe (S/Partido)
ES	Fabiano Contarato (Rede)	Marcos do Val (PPS)	ES	Rose de Freitas (PODE)
GO	Vanderlan Cardoso (PP)	Jorge Kajuru (PRP)	GO	Ronaldo Caiado (DEM)
MA	Weverton (PDT)	Eliziane Gama (PPS)	MA	Roberto Rocha (PSDB)
MG	Rodrigo Pacheco (DEM)	Carlos Viana (PHS)	MG	Antonio Anastasia (PSDB)
MS	Nelsinho Trad (PTB)	Soraya Thronicke (PSL)	MS	Simone Tebet (MDB)
MT	Selma Arruda (PSL)	Jayne Campos (DEM)	MT	Wellington Fagundes (PR)
PA	Jader Barbalho (MDB)	Zequinha Marinho (PSC)	PA	Paulo Rocha (PT)
PB	Veneziano Vital (PSB)	Daniella Ribeiro (PP)	PB	José Maranhão (MDB)
PE	Humberto Costa (PT)	Jarbas Vasconcelos (MDB)	PE	Fernando Bezerra Coelho (MDB)
PI	Ciro Nogueira (PP)	Marcelo Castro (MDB)	PI	José Amauri (PODE)
PR	Professor Oriovisto (PODE)	Flavio Arns (Rede)	PR	Alvaro Dias (PODE)
RJ	Flávio Bolsonaro (PSL)	Arolde de Oliveira (PSD)	RJ	Romário (PODE)
RN	Capitão Styvenson (Rede)	Dra. Zenaide Maia (PHS)	RN	Fátima Bezerra (PT)
RO	Marcos Rogério (DEM)	Confúcio Moura (MDB)	RO	Acir Gurgacz (PDT)
RR	Chico Rodrigues (DEM)	Mecias de Jesus (PRB)	RR	Telmário Mota (PTB)
RS	Luis Carlos Heinze (PP)	Paulo Paim (PT)	RS	Lasier Martins (PSD)
SC	Esperidião Amin (PP)	Jorginho Mello (PR)	SC	Dário Berger (MDB)
SE	Alessandro Vieira (Rede)	Rogério Santos (PT)	SE	Maria do Carmo Alves (DEM)
SP	Major Olímpio (PSL)	Mara Gabrilli (PSDB)	SP	José Serra (PSDB)
TO	Eduardo Gomes (SD)	Irajá Abreu (PSD)	TO	Kátia Abreu (PDT)

Fonte: G1

O aumento de partidos contribuiu para a diminuição no tamanho das bancadas do MDB, PT e PSDB, que somam as maiores bancadas da Casa. A eleição fortaleceu os partidos do centrão, e deixou de fora lideranças de partidos nanicos da esquerda, como o PCdoB. Os mais novos partidos no Senado são: PHS, PRP, PSC e PSL, que se aproveitaram do movimento de senadores indo em direção a Câmara, e conseguiram emplacar seus representantes.

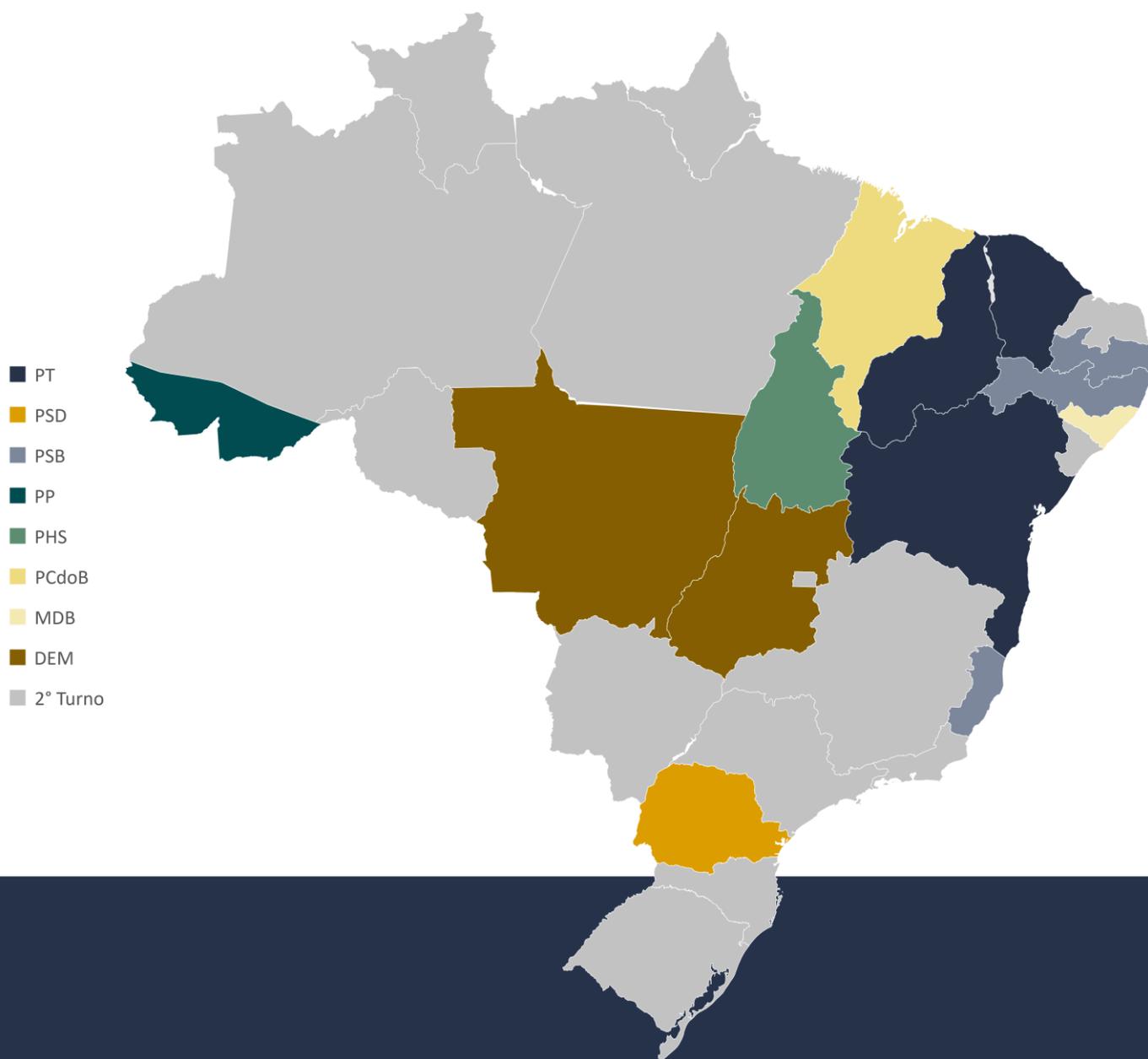
Com um alto índice de fragmentação, o Senado Federal se aproxima do número de partidos presentes na Câmara dos Deputados. Contudo, espera-se que este fenômeno seja um caso isolado, devido as peculiaridades dessas eleições, e que a partir das próximas eleições, o número de partidos alcance taxas inferiores devido a implementação da cláusula de barreira e do fim das coligações partidárias que irão tornar os recursos financeiros ainda mais escassos.

A fragmentação vem crescendo no Senado nos últimos anos, em 2010 eram 15 partidos que compunham a Casa. Em 2017, o número saltou para 18 partidos – isso se deu devido a possibilidade de senadores trocarem de legenda durante seus mandatos sem que haja qualquer prejuízo, diferentemente dos deputados federais que só podem mudar de sigla durante as janelas partidárias. A fragmentação será uma das principais dificuldades para o governo eleito aprovar medidas importantes na Casa, como as reformas da previdência e tributária.

Merece destaque o fracasso da cúpula do Senado na eleição. o atual presidente, Eunício Oliveira (MDB/CE), e o vice-presidente, Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), não se reelegeram. Assim como Edison Lobão (MDB/MA),

Garibaldi Alves (MDB/RN), e Romero Jucá (MDB/RR). Jucá, uma das mais importantes lideranças do MDB no Senado Federal, perdeu sua vaga por aproximadamente 500 votos. Diferente de seus colegas, Renan Calheiros (MDB/AL), conseguiu garantir sua cadeira para os próximos 8 anos. Já a oposição perdeu nomes importantes, como Roberto Requião (MDB/PR), Linberg Farias (PT/RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e Jorge Viana (PT/AC)

ELEIÇÕES ESTADUAIS



PSB e PT foram os estados que mais elegeram governadores em primeiro turno (3 cada um); o DEM veio em segundo lugar com dois governadores eleitos. Outros seis partidos elegeram um governador: MDB, PCdoB, PHS, PSD e PP. O número de eleições em primeiro turno foi o mesmo das últimas eleições.

Entre as 14 UFs que irão retornar às urnas para definir o novo governante estão os três maiores colégios eleitorais do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O PSDB é o partido com maior número de representantes no segundo turno: 7 estados.

GOVERNOS ESTADUAIS

Destques

O PT conseguiu manter a hegemonia nos estados em que tradicionalmente obtém bom desempenho (Bahia, Piauí e Ceará). A única participação do PT no segundo turno será no Rio Grande do Norte, onde a senadora Fatima Bezerra desponta como favorita na corrida estadual. A maior derrota para o partido foi em Minas Gerais, onde o atual governador Fernando Pimentel não conseguiu obter o desempenho necessário para chegar ao segundo turno. Se por um lado, o desempenho do PT no Nordeste seja elemento de celebração, esse cenário acendeu um sinal de alerta na campanha de Fernando Haddad – como sete dos nove estados nordestinos encerraram as eleições estaduais neste primeiro turno, é possível que o engajamento eleitoral na região diminua e aumente o número de abstenções.

O PSDB não amargou derrota apenas na disputa presidencial, mas também sentiu o impacto nas disputas pelo Senado, onde diversos favoritos acabaram ficando de fora. No campo das disputas estaduais, entretanto, o partido conseguiu levar sete representantes ao segundo turno e chega na condição de favorito em pelo menos três deles. Um dos principais questionamentos que deve impactar substancialmente nas candidaturas tucanas no segundo turno é o posicionamento que o partido tomará na disputa presidencial. Vale destacar também a delicada situação do PSDB em seu berço político, São Paulo. O candidato João Doria, voz dissonante das lideranças tradicionais tucanas, não esperou pelo posicionamento oficial do PSDB e já declarou apoio à candidatura de Bolsonaro. O maior desafio de Doria é superar seu elevado índice de rejeição.

Outro partido que teve um desempenho regional melhor do que na disputa nacional foi o MDB. O partido conseguiu eleger em primeiro turno Renan Filho no estado de Alagoas e levou outros três candidatos na disputa do segundo turno. O partido inicia a disputa com vantagem considerável no Pará, onde Helder Barbalho tenta fazer valer o peso de seu sobrenome e no Distrito Federal, onde o candidato Ibaneis teve um crescimento exponencial e obteve votação muito maior do que o segundo colocado.

Destaca-se também o renascimento do Democratas. Desde que Rodrigo Maia (DEM) se elegeu presidente da Câmara dos Deputados, o partido iniciou uma estratégia agressiva para aumentar sua bancada no Congresso e crescer nas urnas. Esse movimento se mostrou produtivo para o crescimento regional do partido, que conseguiu eleger dois candidatos em primeiro turno e participa de outras duas disputas no segundo turno, em colégios eleitorais relevantes – Pará e Rio de Janeiro. No Pará, o fato de conseguir levar a decisão para o segundo turno já foi um grande feito, tendo em vista o favoritismo que Helder Barbalho (MDB) apresentou ao longo da campanha. Já no Rio de Janeiro, o partido esperava que Eduardo Paes (DEM) chegasse na disputa em melhores condições, mas ainda assim existem boas chances de que o ex-prefeito da capital do estado consiga se eleger.

Outro partido que também conseguiu superar um momento de queda ao longo dos últimos quatro anos foi o PSB. Mesmo sem apoiar formalmente nenhum candidato presidencial, o partido conseguiu reeleger Paulo Câmara em Pernambuco, João Azevedo na Paraíba e eleger Renato Casagrande no Espírito Santo. O partido ainda disputa o segundo turno no Distrito Federal e no Amapá.

Uma das maiores surpresas da eleição foi o bom desempenho do partido Novo. O presidencial João Amoêdo conseguiu terminar a disputa acima de nomes mais consolidados na disputa (Henrique Meirelles, Marina Silva e Álvaro Dias) e conseguiu eleger uma bancada no Congresso acima das expectativas. A maior reviravolta, no entanto, veio do segundo maior colégio eleitoral do país, o estado de Minas Gerais. Romeu Zema (Novo) conseguiu furar a bolha da disputa PT vs. PSDB e se tornou o candidato mais bem votado no estado. Zema inaugura essa nova fase da disputa com as melhores chances de se eleger – boa parte dos votos recebidos por Fernando Pimentel (PT) no primeiro turno devem ser convertidos para o candidato do Novo – um feito para um partido recém-criado.

A QUESTÃO FISCAL DOS ESTADOS

A recomposição das receitas estaduais passa pela retomada do crescimento econômico. Apenas a continuidade da consolidação fiscal permitirá a evolução sustentada da dívida pública, a recuperação da confiança e a convivência com inflação e taxas de juros mais baixas. Essas medidas, em conjunto com a melhoria do ambiente de negócios e com o incentivo ao aumento da produtividade, possibilitarão a retomada dos investimentos, o aumento do crescimento potencial e o retorno da geração sustentada do emprego no País.

Alguns desafios ao ajuste estrutural das finanças dos Governos Regionais vêm sendo encaminhados desde maio de 2016, mas muitos outros continuam existindo. Quatro medidas principais foram tomadas para contribuir com o enfrentamento dos problemas das finanças subnacionais.

A primeira foi a aprovação, no Congresso Nacional, do Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar 159/2017), que visa criar mecanismos para formular e implementar um Plano de Recuperação para Estados em situação de insolvência. A segunda foi o envio ao Congresso Nacional, pelo Governo Federal, da Proposta de Emenda Constitucional 287/2016, que visa a reforma do sistema de aposentadorias e pensões. A proposta, em atenção à autonomia federativa, abre o prazo de 180 dias para que os Estados que assim desejarem aprovelem as suas próprias reformas. Caso não o façam, valerão as regras da Emenda Constitucional Federal.

Terceira, o Tesouro Nacional iniciou mudanças legais, infralegais e normativas para modernizar o Sistema de Garantias da União, de forma a torná-lo mais transparente e responsável. A nova classificação de risco, em particular, funcionará como instrumento para auxiliar o endividamento sustentável dos Entes. Por fim, o Tesouro Nacional promoveu a aprovação de novas regras para a Lei de Responsabilidade Fiscal (introduzidas pela Lei Complementar 156/2016), que estabelecem um único padrão contábil e de sistema de informação para divulgação dos relatórios fiscais dos Entes. Tal medida permitirá importante avanço na transparência, com a uniformização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), além da implementação da Matriz de Saldos Contábeis.

Apesar dos avanços observados, um importante conjunto de reformas ainda precisa ser discutido. Além da Reforma Previdenciária, da nova Lei de Finanças Públicas e da regulamentação do teto constitucional de salários – já em tramitação no Congresso Nacional – convém mencionar outras medidas inseridas no debate público: a revisão das vinculações de receitas e das indexações automáticas sobre gastos que retiram eficiência na aplicação de recursos; a revisão de critérios para a estabilidade no serviço público; a aprovação de uma Lei de Greve para os servidores e a modernização de critérios de compras e contratações de serviços com terceiros.

Reformas que promovam a transparência, a responsabilidade fiscal e a qualidade do gasto são o único caminho para a retomada sustentada da capacidade de Estados e Municípios de realizarem investimentos e de prestarem melhores serviços à população.